



PLANO DE AÇÃO

**COMITÊ DE POLÍTICA JUDICIÁRIA SOBRE
PESSOAS IDOSAS DO TJAC - COMPI**

2026

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

Tribunal de Justiça
Biênio 2025- 2027



PRESIDENTE

Desembargador Laudivon Nogueira

COMITÊ DE POLÍTICA JUDICIÁRIA SOBRE PESSOAS IDOSAS DO TJAC (COMPI)

COMPOSIÇÃO

Juíza de direito Zenice Mota Cardozo - Coordenadora

Daisson Gomes Teles (Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre) - Membro

Maria do Socorro Moraes Figueiredo (Corregedoria-Geral da Justiça) - Membro

Ronei Gomes de Oliveira (Escola do Poder Judiciário) - Membro

Marcia Cristina dos Santos Salazar Cabral da Cunha (Secretaria de Gestão de Pessoas) - Membro

Márcio Bleiner Roma Félix (Assessoria de Comunicação Institucional) - Membro

Dala Maria Castelo Nogueira (Coordenadoria de Bem-Estar e Saúde) - Membro

Adalcilene Pinheiro Araripe - Secretária

ELABORAÇÃO

Elaine Cristina Silveira Miranda – Chefe da DIASU
Evandro Araújo de Aquino – Subsecretário da SUESS

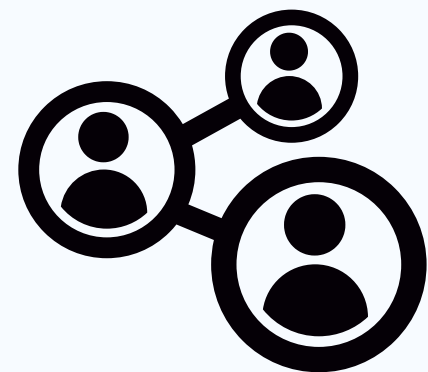
REVISÃO E APROVAÇÃO

Comitê de Política Judiciária sobre Pessoas Idosas do TJAC (COMPI)

DIAGRAMAÇÃO

Evandro Araújo de Aquino

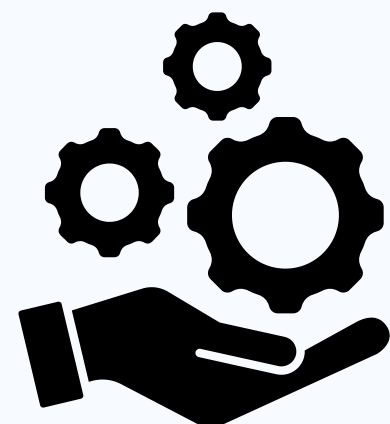
SUMÁRIO



**CONSIDERAÇÕES
INICIAIS**



AÇÕES PLANEJADAS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

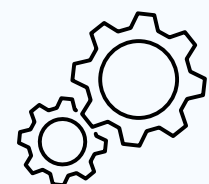
O presente Plano de Ação do Comitê de Política Judiciária sobre Pessoas Idosas do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (COMPI), referente ao exercício de 2026, tem como objetivo orientar a implementação de ações voltadas à promoção, proteção e garantia dos direitos da pessoa idosa no âmbito do Poder Judiciário estadual. Sua elaboração está fundamentada na Resolução CNJ nº 520/2023, que institui a Política Judiciária Nacional sobre a Pessoa Idosa, com foco no acesso à justiça, na proteção de direitos e no reconhecimento das múltiplas vulnerabilidades que podem afetar esse público.

O plano alinha-se, ainda, aos critérios do Prêmio CNJ de Qualidade 2026, especialmente no que se refere às ações relacionadas à política judiciária para pessoas idosas, contribuindo para o fortalecimento das práticas institucionais e para a consolidação de uma gestão orientada por resultados, evidências e boas práticas.

Nesse contexto, o Plano de Ação contempla iniciativas voltadas à produção e análise de dados, capacitação de magistrados e servidores, promoção de campanhas institucionais e fortalecimento de mecanismos de acesso à justiça, considerando aspectos como gênero, deficiência, condição socioeconômica, raça e exclusão digital.

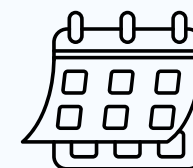
Assim, o TJAC reafirma seu compromisso com uma justiça mais acessível, inclusiva e humanizada, voltada à efetividade dos direitos da pessoa idosa.

PLANO DE AÇÃO DA POLÍTICA SOBRE PESSOAS IDOSAS - TJAC 2026



AÇÃO 1

Realização de reuniões periódicas do Comitê.



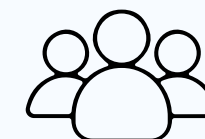
CRONOGRAMA

Semestral



OBJETIVO

Monitorar a execução do plano, garantindo a tomada de decisões estratégicas e registros das evidências institucionais.



UNIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)

COMPI



METAS

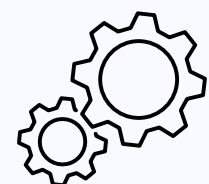
1. Realizar 02 reuniões ordinárias por ano;
2. Lavrar atas das reuniões realizadas.



RECURSOS ENVOLVIDOS

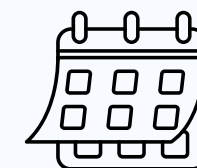
Sem custos

PLANO DE AÇÃO DA POLÍTICA SOBRE PESSOAS IDOSAS - TJAC 2026



AÇÃO 2

Levantamento de dados sobre processos judiciais envolvendo pessoas idosas.



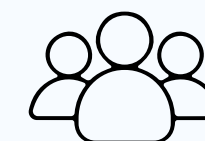
CRONOGRAMA

23/03/2026 a 31/05/2026



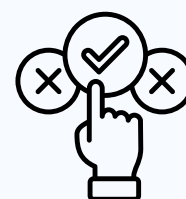
OBJETIVO

Produzir diagnóstico institucional, conforme diretrizes da Resolução CNJ nº 520/2023.



UNIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)

SEGOV E SETIC



METAS

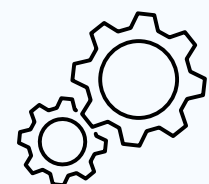
1. Levantar 100% dos dados disponíveis nos sistemas processuais do TJAC relacionados à pessoa idosa;
2. Consolidar e validar os dados coletados em relatório único;
3. Disponibilizar o relatório final à Comissão.



RECURSOS ENVOLVIDOS

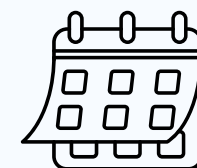
Sem custos

PLANO DE AÇÃO DA POLÍTICA SOBRE PESSOAS IDOSAS - TJAC 2026



AÇÃO 3

Implementação de indicador de prioridade processual para pessoas idosas



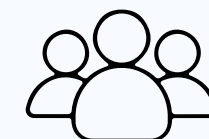
CRONOGRAMA

01/01/2026 a 31/12/2026



OBJETIVO

Realizar a correta identificação e tramitação prioritária de processos judiciais sobre pessoas idosas.



UNIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)

SEGOV



METAS

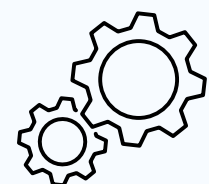
1. Implantar 01 indicador institucional de monitoramento da prioridade processual;
2. Monitorar, semestralmente, o tempo de tramitação desses processos;
3. Apresentar relatórios periódicos à Comissão.



RECURSOS ENVOLVIDOS

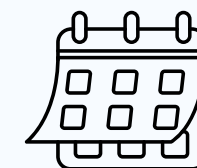
Sem custos

PLANO DE AÇÃO DA POLÍTICA SOBRE PESSOAS IDOSAS - TJAC 2026



AÇÃO 4

Capacitação de magistrados e servidores sobre direitos da pessoa idosa.



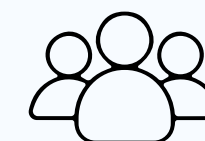
CRONOGRAMA

01/05/2026 a 31/12/2026



OBJETIVO

Qualificar a atuação judicial e administrativa, com foco nos direitos da pessoa idosa.



UNIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)

ESJUD



METAS

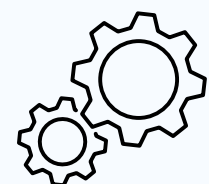
1. Realizar, no mínimo, 01 ação de capacitação por ano, disponibilizar conteúdo formativo (curso ou palestra) com carga horária definida pela ESJUD;
2. Capacitar pelo menos 10% dos magistrados e servidores.



RECURSOS ENVOLVIDOS

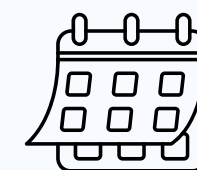
A definir

PLANO DE AÇÃO DA POLÍTICA SOBRE PESSOAS IDOSAS - TJAC 2026



AÇÃO 5

Campanha “Junho Violeta” voltada ao enfrentamento da violência contra a pessoa idosa.



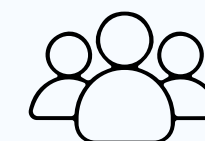
CRONOGRAMA

01/06/2026 a 30/06/2026



OBJETIVO

Promover conscientização institucional e social sobre violência contra a pessoa idosa.



UNIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)

COBES e SECOM



METAS

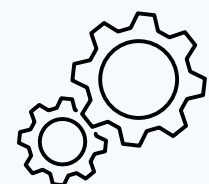
1. Realizar, no mínimo, 01 ação institucional de sensibilização (palestra, roda de conversa ou evento);
2. Produzir e divulgar, no mínimo, 01 peça de comunicação sobre o tema;
3. Ampliar o alcance da campanha nas redes sociais institucionais.



RECURSOS ENVOLVIDOS

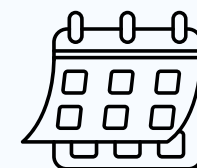
A definir

PLANO DE AÇÃO DA POLÍTICA SOBRE PESSOAS IDOSAS - TJAC 2026



AÇÃO 6

Campanha institucional de combate ao etarismo.



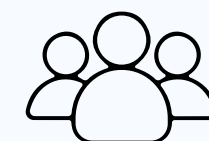
CRONOGRAMA

01/10/2026 a 31/10/2026



OBJETIVO

Sensibilizar magistrados e servidores sobre respeito à pessoa idosa.



UNIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)

SECOM



METAS

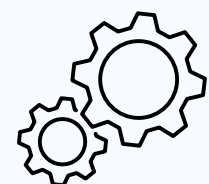
1. Produzir, no mínimo, 02 peças de comunicação institucional (cards, vídeos ou matérias);
2. Publicar conteúdos no site e redes sociais do TJAC durante o período da campanha;
3. Estimular o engajamento institucional com registros de interação nas plataformas.



RECURSOS ENVOLVIDOS

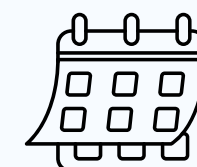
A definir

PLANO DE AÇÃO DA POLÍTICA SOBRE PESSOAS IDOSAS - TJAC 2026



AÇÃO 7

Integração de magistrados e servidores aposentados em ações de compartilhamento de experiências.



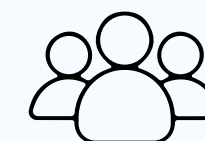
CRONOGRAMA

01/01/2026 a 31/12/2026



OBJETIVO

Valorizar a experiência institucional, promovendo a integração intergeracional e o compartilhamento de conhecimentos por meio de participação em podcasts, rodas de conversa e ações da ESJUD.



UNIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)

ESJUD, COMAG, SEGEP



METAS

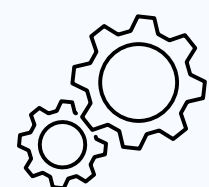
1. Realizar, pelo menos, 02 episódios de podcast com participação de aposentados;
2. Promover, no mínimo, 02 rodas de conversa ou encontros na ESJUD com convidados aposentados;
3. Registrar e divulgar as participações como forma de valorização da memória institucional;



RECURSOS ENVOLVIDOS

A definir

PLANO DE AÇÃO DA POLÍTICA SOBRE PESSOAS IDOSAS - TJAC 2026



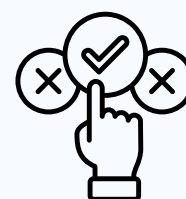
AÇÃO 8

Criação de canal institucional integrado de denúncia e acolhimento de demandas envolvendo pessoas idosas..



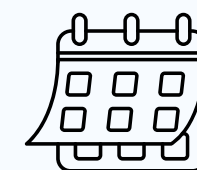
OBJETIVO

Facilitar o acesso à justiça por pessoas idosas, por meio da criação de canal acessível, humanizado e integrado, com articulação entre as redes de ouvidoria dos diversos órgãos e implementação de atendimento remoto.



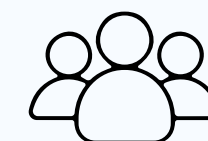
METAS

1. Articular e integrar as redes de ouvidoria dos diversos órgãos, promovendo fluxo de encaminhamento integrado entre instituições para resposta célere e efetiva;
2. Implementar 01 balcão virtual para atendimento por videochamada e áudio, garantindo acessibilidade e acolhimento.



CRONOGRAMA

01/07/2026 a 31/12/2026



UNIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS)

SEGOV, OUVIDORIA e COMPI



RECURSOS ENVOLVIDOS

A definir

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do Plano de Ação representa um avanço significativo na promoção dos direitos da pessoa idosa no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, contribuindo para uma prestação jurisdicional mais qualificada e para a construção de um ambiente institucional mais inclusivo e sensível às necessidades desse público.

As ações foram planejadas de forma a permitir execução prática, mensuração de resultados e produção de evidências institucionais, elementos essenciais para o acompanhamento da política judiciária e para o atendimento aos critérios do Prêmio CNJ de Qualidade 2026. Nesse contexto, destaca-se a relevância do monitoramento contínuo, com registros formais que garantam transparência, rastreabilidade e avaliação dos resultados.

A atuação do COMPI será fundamental para o sucesso das iniciativas, especialmente na articulação entre unidades e na promoção de boas práticas. Além disso, o plano contribuirá para o fortalecimento de uma cultura organizacional pautada na valorização da pessoa idosa e na dignidade humana, consolidando uma atuação institucional mais eficiente, humanizada e alinhada às demandas da população idosa.